



Unidades de Conservação e desenvolvimento local: limites e possibilidades nos pequenos municípios da RMVPLN

Filipe Vieira Oliveira, Marcelo Takashi Misato e Danilo Morceli

Introdução

Áreas naturais protegidas podem oferecer benefícios significativos para a sociedade, proporcionando uma série de serviços ecossistêmicos como a produção de alimentos, o apoio à biodiversidade, a disponibilidade de água, a regulação do clima, assim como a possibilidade de contemplação por meio de atividades de lazer e turismo, gerando formas de bem viver. Tais lugares são detentores desses potenciais justamente pelo ritmo mais lento de transformações neles ocorridas, mas, ao mesmo tempo, necessitam de alternativas de desenvolvimento local que permitam a persistência desses atributos.

Em termos econômicos, os benefícios ecossistêmicos fornecidos pelas áreas naturais protegidas são relevantes, assim como o retorno das atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, o que justificaria a manutenção de tais áreas bem como os custos de manejo. Contudo, essas áreas historicamente sofrem com uma série de pressões e problemas socioambientais como os decorrentes do crescimento da população humana, da urbanização, da crescente demanda por bens naturais e das mudanças no uso da terra que trazem a dicotomia entre os usos e a conservação destes espaços.

Enfrentar esses desafios interligados exige a articulação entre a gestão das áreas protegidas e as políticas de desenvolvimento de modo a levá-las, em conjunto com as diferentes esferas de governança a assumir um papel mais expressivo no desenvolvimento local, que permita manter e/ou expandir a conservação ambiental por meio do reconhecimento de

seus múltiplos valores, aumentando o papel dessas áreas num cenário de mudanças ambientais em que se fazem necessárias a mitigação e a adaptação para a conservação da vida, no sentido amplo.

Nesse sentido, neste artigo traremos alguns apontamentos sobre os desafios acerca da proteção do meio ambiente pela instituição de áreas naturais protegidas e o desenvolvimento local, com ênfase na valoração dos bens naturais a partir da prestação dos serviços ecossistêmicos e das iniciativas de usos turísticos, formas possíveis de considerar tanto o desenvolvimento local, como a necessidade de conservação ambiental.

Para tanto, toma-se como análise Unidades de Conservação localizadas em pequenos municípios na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN, onde se veem, há tempos, problemas entre a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico regional e a conservação ambiental (OLIVEIRA, 2020). Tais problemas se mostram inerentes à instituição de áreas protegidas desarticuladas de outras políticas de desenvolvimento territorial.

Consideram-se pequenos municípios, neste caso, os lugares que concentram núcleos urbanos e população de até 25 mil habitantes (classificação dada pelo IBGE). Muitos dos municípios da RMVPLN possuem territórios grandes em comparação com o tamanho populacional, deste modo, consideramos pequenos municípios não pelo tamanho de seu território, mas pela reduzida demografia e também por características comuns em razão de suas origens históricas e funções atuais.

Para construir o debate proposto, o texto articula a pesquisa bibliográfica e documental e se pauta principalmente no conhecimento prévio de trabalhos desenvolvidos pelos autores na região, derivados de pesquisas do Grupo de Estudos Urbanos e Ambientais (GEURBAM) e da vinculação ao projeto Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática (MACROAMB).

O texto traz, como reflexão, a necessidade de um planejamento regional mais integrado para o fortalecimento da região metropolitana e que o evidente potencial observado nas pequenas localidades deve ser visto a partir da valorização dos benefícios gerais, por meio do turismo e dos serviços ecossistêmicos, que podem apontar para saídas mais condizentes com as características do que se espera de um desenvolvimento com bases locais.

Unidades de Conservação e desenvolvimento local: conceitos gerais

Os desafios impostos às unidades de Uso Sustentável estão atrelados à necessidade de conciliação entre a ocupação e o desenvolvimento sustentável do território, por meio de atividades diversas, sendo essas inclusive urbanas e industriais. Nas unidades de Proteção Integral o desafio se foca na manutenção do estado de conservação, excluindo a ocupação humana. Em ambos os casos os interesses e as necessidades humanas para obtenção de bens naturais, por meio da ocupação e exploração, são fatores de pressão atrelados ao processo de crescimento econômico ou de subsistência.

A presença de populações tradicionais ou não nesses espaços e entorno é uma regra e não uma exceção no contexto brasileiro e mundial, conforme evidencia Morsello (2001). Por isso, a relação entre elas tende a ser conflituosa, muitas vezes sem a consideração da existência de populações que desenvolvem sua vida cotidiana nesses lugares. Disso decorre que tais lugares necessitam de políticas e ações voltadas a um sentido socioambiental, capaz de favorecer tanto à conservação quanto ao desenvolvimento socioeconômico local (OLIVEIRA, 2017).

As novas ações de conservação não se baseiam apenas em campos tradicionais da biologia da conservação, mas se abrem para novas perspectivas baseadas nas práticas culturais, materiais e imateriais das populações residentes, reconhecendo cada vez mais os vínculos identitários com o território e a importância desses para o empoderamento e a gestão participativa (MISATO, 2018).

Para que a conservação em escala regional ou local possa efetivamente contribuir para o êxito do desenvolvimento, é preciso considerar o que essas áreas têm a oferecer, tanto do ponto de vista do desenvolvimento, quanto da proteção e, para isso, há que se vincular as áreas protegidas às estratégias locais de desenvolvimento e, mais especificamente, à efetiva participação social nas tomadas de decisão sobre os territórios.

Há diversas estratégias já consolidadas com o objetivo de afiançar a conservação e favorecer o desenvolvimento que incluem: prover oportunidades apropriadas de desenvolvimento, enfatizar o envolvimento das comunidades locais, adotar gestão compartilhada, assegurar autonomia local, garantir direitos de acesso a bens naturais, promover conhecimen-

to, garantir compensação financeira por perdas e encorajar o turismo (BROOKS et al., 2006). De acordo com o estudo conduzido por esses autores, essas estratégias possuem bases comuns e podem ser categorizadas da seguinte forma: 1) Relação contínua entre utilização e proteção; 2) interação com o mercado; 3) descentralização e 4) *Community homogeneity*.¹

O que se verifica como pontos consolidados em diversos estudos é que o sucesso da conservação depende do suporte e participação da população local e que as preocupações com meios de subsistência e objetivos futuros de desenvolvimento precisam estar no centro de qualquer estratégia viável de conservação, que envolva, sobretudo, as pessoas (PIMBERT & PRETTY, 1995; HULME & MURPHREE, 2001; MCSHANE, 2003; BARRET et al. 2005).

Importante ressaltar que para a consolidação dessas ações, que dão suporte a iniciativas de desenvolvimento local, é fundamental a existência de instituições gestoras fortes e presentes, uma vez que se verifica que os objetivos institucionais dos órgãos responsáveis pela gestão das UCs são bem claros, mas sua ação efetiva deixa a desejar (MISATO, 2018). Existem diversos problemas relacionados à falta de infraestrutura adequada para a gestão das UCs, falta de mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para garantir a fiscalização e o andamento de programas de conservação, tais como o Plano de Manejo. Outra questão que interfere diretamente na qualidade ambiental e na própria credibilidade das instituições perante a sociedade civil é o uso político dos cargos de gestão. A escassez de recursos financeiros dificulta a gestão das UCs, que devem ser norteadas pelo Plano de Manejo.

Dentre as UCs da RMVLN, somente 6 unidades possuem Planos de Manejo, dos quais 2 já deveriam ter sido revisados, conforme o SNUC, que prevê atualização em 5 anos. A tabela a seguir trata da situação dos PM das UCs da região.

A inexistência de plano de manejo aprovado dificulta ainda mais ações em torno da conservação e do desenvolvimento local. Ainda que existam problemas institucionais, conflitos e pressões em torno de áreas protegidas, há práticas recentes de conservação e uso que podem gerar formas potenciais de desenvolvimento local apoiadas em experiências e

1. A tradução do termo retrata uma comunidade em que todos os membros compartilham um conjunto semelhante de crenças, valores e características demográficas.

referenciais como os acima citados. Dentre essas ações encontram-se o turismo enquanto fator de desenvolvimento, que pode ocorrer em consonância com a valoração dos benefícios ecossistêmicos, temas a serem discutidos na sequência.

Tabela 1 Unidades de Conservação na RM VPLN em relação ao Plano de Manejo.

Unidade	Ato de criação	Ano Criação	Gestor	Situação do PM	Ato de aprovação
Flona de Lorena	Portaria nº 24104 de 11/04/1934	1934	ICMBIO	Aprovado	Portaria 246/2001
PE Campos de Jordão	Decreto-Lei nº 11.908/1941	1941	FF	Aprovado	Res.SMA 04/2017
Parna Bocaina	Decreto nº 68.172 de 05/02/1971	1971	ICMBIO	Aprovado	Portaria 358/2017
APA Bacia do Rio Paraíba do Sul	Decreto nº 87561 de 13/09/1982	1982	ICMBIO	Inexistente	-
APA Campos do Jordão	Decreto nº 20.956/1983; Lei nº 4.105/1984	1983	FF	Inexistente	-
APA Silveiras	Lei nº 4.100/1984	1984	FF	Inexistente	-
APA Serra da Mantiqueira	Decreto nº 91304 de 06/06/1985	1985	ICMBIO	Aprovado	Portaria 1.046/2018
ARIE Pedra Branca	Decreto nº 26.720/1987; Lei nº 5.864/1987	1987	FF	Inexistente	-
ESEC Bananal	Decreto nº 26.890/1987	1987	FF	Análise Consema	-
PE Mananciais de Campos do Jordão	Decreto nº 37.539/1993	1993	FF	Aprovado	Res. SMA 04/2017
APA Sapucaí-Mirim	Decreto nº 43.285/1998	1998	FF	Inexistente	-
APA São Francisco Xavier	Lei nº 11.262/2002	2002	FF	Aprovado	Res. SMA 64/2008
APA Banhado	Lei nº 11.262/2002	2002	FF	Inexistente	-
MONA Pedra do Baú	Decreto nº 56.613/2010	2010	FF	Inexistente	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da FF e do ICMBio, 2021.

Desenvolvimento local nos pequenos municípios da RMVPLN

O desenvolvimento local pode ser entendido como uma estratégia de desenvolvimento aplicada a diferentes recortes espaciais e aglomerados humanos. (BUARQUE, 1999). A noção de local para o desenvolvimento refere-se desde a pequena escala, até municípios ou microrregiões homogêneas. Seu enfoque é baseado nos recursos endógenos (humanos, culturais, naturais e de infraestrutura).

Todavia, é preciso ter claro que o local não é sinônimo de pequeno, mas de um limite territorial, que tem características similares e uma relação socioespacial dinâmica, capaz de promover a melhoria da qualidade de vida de uma população, a partir da transformação em suas bases econômicas e na organização social resultante da mobilização das energias locais (BUARQUE, 1999).

A RMVPLN, formada por 39 municípios que ocupam 31,39% do território da Macrometrópole Paulista – MMP é uma região que, historicamente, demanda ações e propostas de desenvolvimento voltadas à escala local. É um espaço reconhecido por sua heterogeneidade, onde as assimetrias e desigualdades se expressam em condições diferenciadas de infraestrutura urbana e social e na capacidade de acesso a recursos para o desenvolvimento (ZANIRATO et al., 2020).

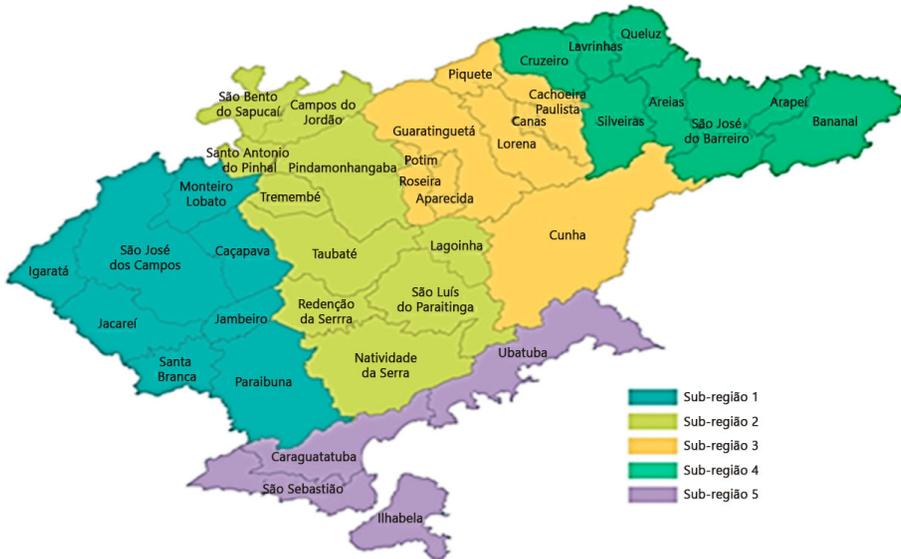


Figura 1 Divisão da RMVPLN. Fonte: AGEMVALE, 2018.

Essas assimetrias são expressas em diversos fatores, mas principalmente em termos populacionais, econômicos, sociais e pelo Produto Interno Bruto – PIB de cada município, onde se veem grandes municípios com economia dinâmica e diversificada e pequenos municípios que se encontram em situação de vulnerabilidade no sentido mais amplo.

São 22 os municípios menos populosos, aqui considerados pequenos municípios (todos com menos de 25 mil habitantes). A normativa aqui utilizada é a classificação por tamanho da população, dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em que os municípios pequenos são aqueles que concentram população de até 25.000 habitantes (IBGE, 2016).

No processo do desenvolvimento regional do Vale do Paraíba, em particular no decorrer do século XX, aprofundaram-se assimetrias entre os municípios, alguns passando por intensa dinamização socioespacial a partir da década de 1970, após a formação de regiões metropolitanas e com a instauração de projetos de desenvolvimento político-territoriais. Esses municípios foram fortalecidos por ações de incentivo econômico, enquanto outros ficaram à margem desse modelo de desenvolvimento (GOMES et al, 2018).

Os 22 municípios aqui referidos são os que mais se distanciaram em relação aos que se desenvolveram economicamente, como São José dos Campos, Jacareí, Guaratinguetá, Taubaté e são portadores de uma forma residual do desenvolvimento, e, por essa razão, em acordo com Damiani (2006), são a face menos “moderna” do processo modernizador do capitalismo. Apesar da proximidade com municípios dinâmicos como São José dos Campos e Taubaté, os processos de desenvolvimento não se realizaram da mesma forma nos pequenos municípios, e hoje tais localidades enfrentam sérios problemas do ponto de vista socioeconômico e do aumento gradativo das vulnerabilidades sociais. Esses pequenos municípios passaram a apresentar características em comum, como se veem na Tabela 2.

Verifica-se que a taxa de crescimento demográfico entre 2000 a 2010 foi de 1,29% para toda a RMVPLN, enquanto muitos dos pequenos municípios tiveram retração populacional e forte comprometimento socioeconômico, dados que continuam a corroborar com as estimativas demográficas negativas e de forte retração socioeconômica apontadas pelo SEADE (2018), IBGE (2020).

A perda populacional está diretamente relacionada à baixa capacidade de geração de empregos e aos altos níveis de pobreza, conforme se veem no Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, a partir de indicadores como renda domiciliar, alfabetização, média de idade do responsável pelo domicílio, possibilidades de inserção no mercado de tra-

balho, acesso a bens e serviços públicos (SEADE, 2018). De acordo com esse índice, muitos dos pequenos municípios se encontram em situação de média vulnerabilidade no ambiente urbano e alguns com alta vulnerabilidade no ambiente urbano e rural (SEADE, 2018). Somam-se isso os fatores de desigualdade que são muito altos em toda a RMVPLN, mas principalmente nos pequenos municípios (SEADE, 2018).

Os municípios expressam aproximações fortes na relação campo-cidade, vistas a partir de aspectos como acessibilidade, localização e predominância de paisagens rurais e naturais. Mas ainda assim, exercem uma função pequena na totalidade da rede urbana regional. (CORRÊA, 1999, 2003; DAMIANI, 2006; MAIA, 2009; SANTOS, 2010),

Tabela 2 Características demográficas e socioeconômicas dos 22 pequenos municípios da RMVPLN.

Município	Área (km ²)	População (2020)	PIB (Milhões) (2011)	IDH-M (2010)	Sub-região
Arapeí	156,9	2460	30,97	0,68	Cruzeiro
Areias	305,23	3896	40	0,697	Cruzeiro
Bananal	616,43	10993	113	0,758	Cruzeiro
Canas	53,26	5204	44,52	0,753	Guaratinguetá
Cunha	1407,25	21459	173,72	0,733	Guaratinguetá
Igaratá	292,95	9583	127,42	0,764	São José dos Campos
Lagoinha	255,47	4889	64,85	0,752	Taubaté
Lavrinhas	167,06	7311	67,52	0,768	Cruzeiro
Monteiro Lobato	332,74	4696	46,38	0,755	São José dos Campos
Natividade da Serra	833,37	6642	64,06	0,733	Taubaté
Paraibuna	809,57	18263	196,69	0,771	São José dos Campos
Piquete	175,99	13575	128,85	0,801	Guaratinguetá
Queluz	249,39	13606	104,93	0,766	Cruzeiro
Redenção da Serra	309,44	3839	48,43	0,736	Taubaté
Roseira	130,65	10801	294,36	0,777	Guaratinguetá
Santa Branca	272,23	14857	206,71	0,796	Taubaté
São Bento do Sapucaí	252,57	10893	123,45	0,776	Taubaté
São José do Barreiro	570,68	4144	48,39	0,727	Cruzeiro
São Luiz do Paraitinga	617,31	10690	115,21	0,754	Taubaté
Silveiras	414,78	6339	61,73	0,721	Cruzeiro

Fonte: Adaptado de IBGE, 2020.

Distribuição dos Municípios por Grupos IPRS

Grupos IPRS ● Desiguais ● Dinâmicos ● Em transição ● Equitativos ● Vulneráveis



Distribuição da População por Grupos IPRS

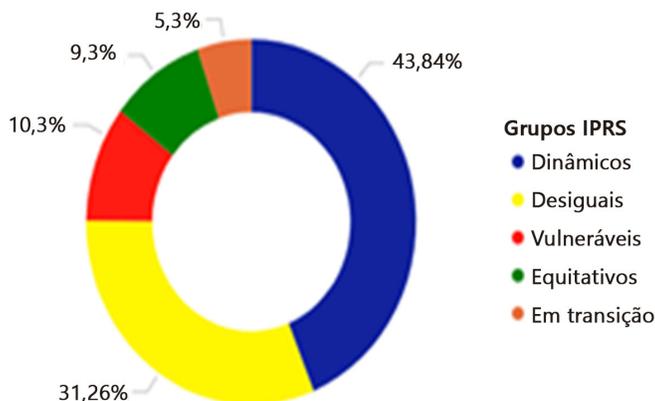


Figura 2 IPRS da RMVPLN, 2020. *Fonte:* Adaptado de SEADE, 2020.

Como verificado em pesquisas (OLIVEIRA, 2020), do ponto de vista econômico, o setor de serviços é preponderante nas pequenas localidades e responsável por grande parcela da economia local. A participação percentual de empregos formais dentro do setor de serviços também indica grandes percentuais de informalidade. Dentre esse setor encontram-se atividades ligadas ao turismo, uma das principais fontes de ingresso de recursos, com altos índices de informalidade e sazonalidade (SEADE, 2018),

e que foram extremamente afetadas com o início da pandemia de COVID-19, pois as ações para conter o avanço da doença fragilizaram ainda mais a economia e acentuaram as vulnerabilidades locais (ZANIRATO et al., 2020).

Esses fatores tendem a acentuar os conflitos de ordem socioambiental em torno a áreas de usos restritos, visto que muitos deles são portadores de Unidades de Conservação, que se fizeram em meio a disputas territoriais (OLIVEIRA, 2020).

Por outro lado, justamente por serem detentores de paisagens magníficas, presentes dentro ou no entorno das UCs, os pequenos municípios da região se apoiaram, a partir da década de 1970, em atividades vinculadas ao turismo, com destaque para São Bento do Sapucaí e São José do Barreiro e outros próximos a áreas protegidas.

Desde então, esses municípios passaram a ser considerados como portadores de uma “tradição turística” por registrar a presença de empreendimentos e associações que, em parceria com o poder público, operaram na identificação e na estruturação de atrativos e na sedimentação de um leque de produtos” (PELLICCIOTTA, 2017, p. 5), como é o caso dos municípios da região do Vale Histórico Paulista – Queluz, Areias, Silveiras, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal, no extremo noroeste da RMVPLN.

Houve diversas tentativas de desenvolvimento nessa região e as primeiras tratativas para fortalecimento ocorreram na década de 1970, com a articulação da CODIVAP (A Associação de municípios do Vale do Paraíba) e da Região Administrativa de São José dos Campos, que iniciaram diagnósticos e projetos voltados a desenvolver o turismo (PELLICCIOTTA, 2017).

Nos anos 70 foram criados os dois principais representantes das Unidades de Conservação da região, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (1971) e o Parque Nacional da Serra do Mar (1977), além disso, houve a criação da APA Silveiras (1984) e da Estação Ecológica de Bananal (1987). Na mesma década foram iniciados esforços para a proteção do patrimônio cultural com o tombamento de diversas edificações remanescentes da economia cafeeira em todo o Vale do Paraíba.

Nos anos 90, o Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Cone Leste Paulista, em conjunto com a Agência Via Vale, elaboraram seis circuitos turísticos com o objetivo de “atrair, organizar e distribuir os visitantes na Região do Vale do Paraíba” (FRIEDHILDE, 2004). Assim, em 1996, como resultados dessa iniciativa foram lançados os circuitos Alto Paraíba, Cos-

ta Verde, Rota da Fé, Serra da Mantiqueira, Tecnológico e Cultural e Vale Histórico (PELLICCIOTTA, 2017).

No decorrer do final das décadas de 90 e início do século XXI, outras iniciativas de desenvolvimento local se instalaram nos pequenos municípios tidos como de vocação turística, principalmente as propostas e projetos desenvolvidos pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Foi também uma ação do SEBRAE a implantação de consórcios de desenvolvimento que tinham como objetivo integrar o turismo às diretrizes regionais dadas pelo Programa de Regionalização do Turismo (2006), do Ministério do Turismo (PELLICCIOTTA, 2017).

Ao longo do tempo, políticas públicas regionais se voltaram para o que se considera a vocação da região, na busca, até o momento pouco frutífera, de impulsionar o desenvolvimento da região. Isso se apresenta até os dias atuais como uma esperança condicional (OLIVEIRA, 2020) na medida em que tal vocação ainda não foi capaz de mudar o cenário de vulnerabilidade que afeta o Vale Histórico Paulista.

A extinta Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A., no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2014 (EMPLASA, 2014), considerou o desenvolvimento macrometropolitano a partir de eixos estruturantes que reforçavam os polos já desenvolvidos. Para os municípios fora desse eixo, na Carteira de Projetos foram propostas ações de incentivo à implementação de Pagamentos por Serviços Ambientais a proprietários de áreas protegidas, a formulação de Parcerias Público-Privadas para a exploração de UCs, a criação de instrumentos de gestão para as áreas de mananciais e o desenvolvimento de turismo sustentável (EMPLASA, 2014). Essas ações não tiveram prosseguimento com a extinção da empresa de planejamento, nem tampouco com iniciativas fora dessa instituição.

O que se vê, ainda hoje, são dificuldades que se acumulam em relação ao desenvolvimento dos pequenos municípios a partir da atividade turística, em face de decisões como as de reduzir o turismo a uma atividade de empreendedorismo, sem a consideração dos processos sociais, econômicos, culturais e ambientais que o envolvem. (OLIVEIRA, 2020). Também se veem dificuldades em compreender as áreas protegidas como potenciais ao desenvolvimento local pela consideração dos benefícios ecossistêmicos num sentido mais amplo.

Turismo e benefícios ecossistêmicos: associações em torno ao desenvolvimento local nos pequenos municípios da RMVPLN

As áreas verdes são essenciais para a sobrevivência dos seres vivos em função de benefícios como os de regulação térmica, controle do escoamento superficial, disponibilidade de água potável, modulação de doenças infecciosas transmitidas por vetores, melhoria da qualidade do ar, redução de ruídos, produção de alimentos, promoção à saúde mental e redução da morbimortalidade (AMATO-LOURENÇO et al., 2016; GAUDERETO et al., 2018).

Esses benefícios que as populações humanas recebem dos ecossistemas são definidos em acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005) como serviços ecossistêmicos (SE) e são divididos em quatro categorias: serviços de provisão, de regulação, de suporte e culturais.

Os serviços de provisão são categorizados no tocante à capacidade dos ecossistemas de fornecer materiais para consumo como alimentos, matérias primas e água potável. Os serviços de regulação como aqueles que englobam as funções reguladoras das condições ambientais naturais como a prevenção de erosão e inundações. Os serviços de suporte são aqueles necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação do solo, e produção de oxigênio. Os serviços culturais compreendem os benefícios não materiais que os ecossistemas oferecem, como a produção de conhecimento, o enriquecimento espiritual e a contemplação. A presença dessas áreas é considerada crucial tanto para a promoção do desenvolvimento sustentável como para a oferta de serviços ecossistêmicos (GAUDERETO et al., 2018).

Ainda assim, permanecem dificuldades em incorporar às estratégias de proteção ambiental, ações decorrentes dos benefícios gerados em áreas verdes, protegidas, capazes de favorecer o desenvolvimento local nas regiões detentoras de tais lugares.

No caso da RMVPLN, as Unidades de Conservação presentes nas cercanias dos municípios despontam como importante potencial para o desenvolvimento local, pela singularidade territorial, capaz de favorecer a um desenvolvimento a partir de bens específicos e exclusivos de seu território.

As Unidades de Conservação se situam no domínio da Mata Atlântica, atualmente reduzida a 7,3 % de sua área original e sobrevivem em

constante ameaça decorrente da urbanização desordenada, da expansão do agronegócio e de áreas de pastagens, que pressionam cada vez mais os escassos fragmentos de floresta. Nesse sentido, as Unidades de Conservação necessitam de estratégias mais bem definidas quanto aos limites e possibilidades de usos desses espaços, em especial às necessidades de desenvolvimento local e com vistas à proteção do meio ambiente, ao que podemos chamar de desenvolvimento sustentável.

As Unidades de Conservação presentes na região estudadas são expressas no mapa a seguir.

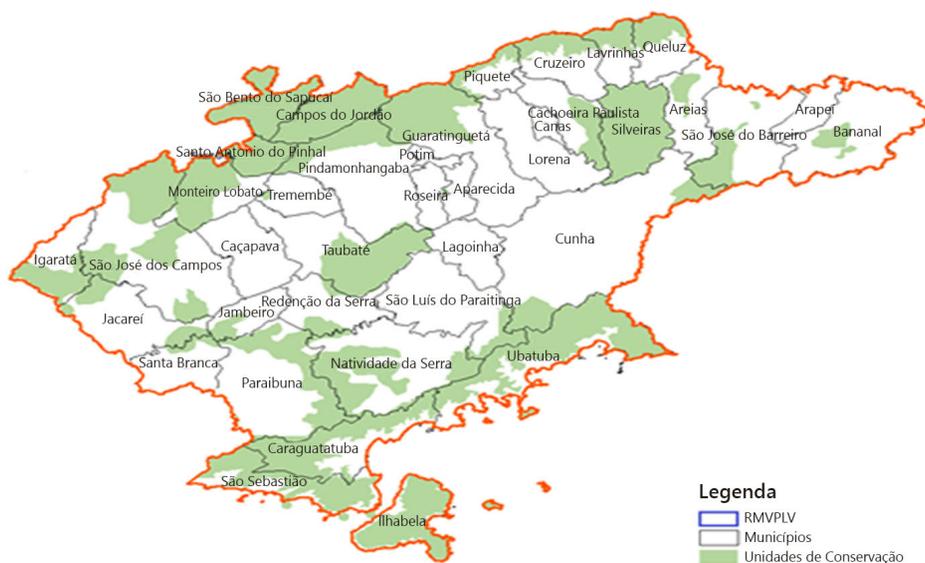


Figura 3 Unidades de Conservação Federais e Estaduais na RMVPLN. *Fonte:* Organização dos autores a partir do banco de dados geográficos: DATAGEO.

Os atributos de tais unidades são apresentados na tabela a seguir, que traz o descritivo das UCs, com a identificação dos atributos de criação, os atrativos e atividades a eles vinculados:

Tabela 3 Unidades de Conservação da RMVPLN, atributos de criação e usos vinculados.

Unidade	Categoria	Atributos de Criação	Exploração Turística	Município
Flona de Lorena	Uso Sustentável	Banco genético de espécies arbóreas. Produção de sementes	Atrativos: Trilhas, Quiosques, Lago, Roteiro cultural, Campo de Futebol. Atividades: Passeio, Descanso, Caminhadas, Exercícios Físicos, Andar de Bicicleta, Observação de flora e fauna, Fotografar, Pique- Nique	Lorena (SP)
PE Campos de Jordão	Proteção Integral	Possui três fitosionomias básicas da Mata Atlântica; A mata de araucárias, símbolo do parque, os campos de altitude e as matas nebulares, hoje formam as maiores extensões contínuas de pinheiros de todo o sudeste brasileiro	Atrativos: Rios, Lago, Mirante, Cachoeira, Roteiro Cultural, Playground, Trilha. Atividades: Permitido Nadar, Permitido Bicicleta, Observação de Fauna e Flora, Passeio Noturno, Tirolesa, Arvorismo, Observação de Aves.	Campos do Jordão (SP)
Parna Bocaina	Proteção Integral	Representa um importante fragmento do Domínio da Mata Atlântica, agrupando ampla diversidade de tipos vegetacionais, grandes extensões contínuas de áreas florestadas, sob diversos domínios geomorfológicos. É um território com endemismos, refúgios ecológicos e espécies ameaçadas de extinção	Atrativos: Cachoeiras, Mirantes, Trilha, Roteiro Cultural, Costão rochoso, Praia. Atividades: O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) não está consolidado em termos de visitação, por isso ainda não oferece prestação de serviços ao turista. Parte desta lacuna, porém, é preenchida pela iniciativa privada existente no entorno do Parque	Angra dos Reis (RJ), Parati (RJ), Areias (SP), Cunha (SP), São José do Barreiro (SP), Ubatuba (SP)
APA Bacia do Rio Paraíba do Sul	Uso Sustentável	Proteger os mananciais de abastecimento da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.	Informações não disponibilizadas pelo órgão gestor.	Municípios abrangidos pela APA no Estado de São Paulo: Areias, Arujá, Bananal, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Guaratinguetá, Guarulhos, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Lavrinhas, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Piquete, Queluz, Redenção da Serra, Santa Branca, Santa Isabel, Silveiras, São José do Barreiro, São José dos Campos e Taubaté. *Obs.: abrangência da APA nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro em fase de levantamento/identificação

Tabela 3 Unidades de Conservação da RMVPLN, atributos de criação e usos vinculados (*continuação*).

Unidade	Categoria	Atributos de Criação	Exploração Turística	Município
APA Campos do Jordão	Uso Sustentável	Visa proteger a biodiversidade da Serra da Mantiqueira, os remanescentes de vegetação nativa e os mananciais para abastecimento público da região	Atrativos: Rio e lago (Contemplação), Mirante, Cachoeira, Playground. Atividades: Permitido pescar, permitido bicicleta, observação de fauna, passeio noturno, tirolesa, arborismo, balonismo, observação de aves.	Campos do Jordão (SP)
APA Silveiras	Uso Sustentável	mosaico de paisagens de grande beleza cênica, especialmente ao sul, com relevo predominantemente formado por morros e cristas, que atingem altitudes de até 1800 metros	Atrativos: Rios, Cachoeira, Roteiro Cultural. Atividades: Permitido nadar, Permitido bicicleta, Observação de fauna, Observação de Flora, Balonismo.	Silveiras(SP)
APA Serra da Mantiqueira		Garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional da Serra da Mantiqueira. Além de proteger e preservar a flora endêmica e andina; os remanescentes dos bosques de araucária; a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva; a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção	Informações não disponibilizadas pelo órgão gestor.	Aiuruoca (MG), Alagoa (MG), Bocaina de Minas (MG), Baependi (MG), Delfim Moreira (MG), Itamonte (MG), Itanhandu (MG), Liberdade (MG), Marmelópolis (MG), Passa Quatro (MG), Passa Vinte (MG), Piranguçu (MG), Pouso Alto (MG), Virginia (MG), Wenceslau Braz (MG), Itatiaia (RJ), Resende (RJ), Campos do Jordão (SP), Cruzeiro (SP), Guaratinguetá (SP), Lorena (SP), Lavrinhas (SP), Pindamonhangaba (SP), Piquete (SP), Queluz (SP), Santo Antônio do Pinhal (SP), São Bento do Sapucaí (SP)
ARIE Pedra Branca	Uso Sustentável	Proteção de matas naturais, da fauna associada a essa formação vegetal e dos mananciais nela contidos que já foram responsáveis pelo abastecimento de toda a região de Taubaté.	Atrativos: Rio e Lago (contemplação)	Tremembé (SP)
ESEC Bananal	Proteção Integral	Proteger remanescentes de Floresta Ombrófila Densa Montana e Alto Montana, refúgios vegetacionais, espécies de flora e fauna ameaçadas de extinção, além de desenvolver pesquisas e atividades de educação ambiental.	Atrativos: Rio, represa e lago (contemplação), Trilha. Atividades: Observação de fauna, Observação de flora, Observação de aves.	Bananal (SP)

Tabela 3 Unidades de Conservação da RMVPLN, atributos de criação e usos vinculados (continuação).

Unidade	Categoria	Atributos de Criação	Exploração Turística	Município
PE Mananciais de Campos do Jordão	Proteção Integral	Proteger os mananciais oriundos da cabeceira do Córrego do Coutinho e do Ribeirão das Perdizes (formador da represa do Salto)	Atrativos: Rio (contemplação), Mirante, Cachoeira, Monumento geológico, Roteiro Cultural. Atividades: Permitido nadar, Permitido bicicleta, Observação de fauna, Observação de flora, Observação de aves.	Campos do Jordão (SP)
APA Sapucaí-Mirim	Uso Sustentável	Abrange áreas dos municípios onde se encontra a bacia do rio Sapucaí., responsável pelo abastecimento local e de mais 40 municípios de Minas Gerais. Caracterizada por uma beleza cênica, em que se destacam pontos relevantes, reconhecidos regionalmente como a Pedra do Baú e o Pico Agudo.	Atrativos: Rio (contemplação), Mirante, Cachoeira, Gruta, Monumento Geológico, Roteiro Cultural. Permitido Nadar, Permitido pescar, Permitido Bicicleta, Observação de Fauna, Observação de Flora, Montanhismo, Rapel, Escalada, Tirolesa, Paraglaider, Observação de aves.	São Bento do Sapucaí (SP)
APA São Francisco Xavier	Uso Sustentável	Faz parte do maciço montanhoso da Serra da Mantiqueira, que corresponde a um conjunto de elevadas escarpas festonadas e sulcadas e morros mais ou menos isolados que terminam no vale do rio Paraíba.	Atrativos: Rio (contemplação), Mirante, Cachoeira, Roteiro Cultural. Atividades: Permitido nadar, Permitido pescar, Rafting, Permitido bicicleta, Observação de fauna, Observação de Flora, Passeio Noturno, Montanhismo, Rapel, Escalada, Paraglaider, Boiacross, Observação de Aves.	São José dos Campos (SP)
APA Banhado	Uso Sustentável	Correspondem a uma vasta planície aluvial, formada por sedimentos transportados pelo rio Paraíba do Sul, onde estão presentes muitos meandros abandonados e terraços (resquícios de uma antiga atividade agrícola), compondo um cenário de rara beleza e totalmente integrado à paisagem urbana central de São José dos Campos.	Atrativos: Rio, Mirante, Roteiro Cultural. Atividades: Permitido nadar, Permitido bicicleta, Observação de Fauna, Observação de Flora, Passeio noturno, Observação de aves.	São José dos Campos (SP)

Tabela 3 Unidades de Conservação da RMVPLN, atributos de criação e usos vinculados (*continuação*).

Unidade	Categoria	Atributos de Criação	Exploração Turística	Município
MONA Pedra do Baú	Proteção Integral	Inserido em meio à Mata Atlântica, com aspectos de vegetação de altitude e grande diversidade de fauna.	Atrativos: Mirante, Gruta, Costão Rochoso, Roteiro Cultural, Monumento Geológico, Trilha. Atividades: Observação de Fauna, Observação de Flora, Montanhismo, Rapel, Escalada, Paraglider, Observação de Aves.	São Bento do Sapucaí (SP)

Fonte: FF, 2021 e CNUC, 2021.

Como se pode ver na Tabela 3, essas áreas provêm, entre outros benefícios, a água que abastece as duas maiores metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro. São ainda detentoras de ampla biodiversidade expressa em plantas não convencionais e em frutas nativas tais como o araçá-piranga, a grumixama, a gabioba, assim como em uma rica fauna vista em invertebrados terrestres, invertebrados aquáticos, anfíbios, aves, peixes e mamíferos, alguns em risco de extinção como a onça-pintada, a onça-parda ou suçuarana, o muriqui e o sagui-da-serra-escuro (PMPNSB, 2002). Também conservam fibras/materiais de plantas (xaxim, coqueiro, bananeira, sementes) para usos diretos ou transformação, além de proporcionarem benefícios recreacionais e de saúde física e mental por meio das paisagens de expressiva beleza cênica, recortadas por rios, lagos, cachoeiras, mirantes, e por interações físicas e vivenciais como a educação ambiental e o entretenimento por meio de trilhas; bens que adquirem valor imensurável no momento em que se vê a degradação e perda de atributos ambientais geradores do bem estar.

Esses e outros benefícios se fazem fundamentais num cenário modulado por eventos decorrentes da variabilidade climática, a saber: disponibilização de água doce por meio de nascentes naturais, regulação do ar e do clima, conservação de espécies vegetais pela retirada de sementes ou esporos, manutenção da cobertura vegetal em ambientes declivosos e sequestro de carbono. Justamente por esses benefícios, é imperativo fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao reconhecimento e valorização dos benefícios ecossistêmicos, de modo a garantir a manutenção das áreas protegidas, incluindo seus processos

ecológicos, diretamente relacionados com o bem-estar humano. Valorizar na perspectiva contingente (BELETE e. ASSEFA, 2003) de estimar o valor de existência e permanência dos benefícios ecossistêmicos para as gerações atuais e futuras.

Ainda que não seja fácil, essa possibilidade se apresenta com efetivo potencial para propiciar condições menos assimétricas para o desenvolvimento local, considerando a riqueza desses lugares e a importância de seus benefícios, diretamente ligados à manutenção da própria vida.

Nesse sentido, considerar os benefícios ecossistêmicos nas ações de desenvolvimento local pode ser uma alternativa de efetivo potencial para o desenvolvimento local, num cenário de degradação e perda da biodiversidade.

Considerações finais

Buscou-se neste texto pensar nos desafios para a proteção do meio ambiente em locais dotados de áreas naturais protegidas, associado ao desenvolvimento local. Para tanto, a ênfase se voltou para a valoração dos bens naturais a partir do reconhecimento do valor contido nos benefícios ecossistêmicos e nas iniciativas de usos turísticos, formas possíveis de considerar o desenvolvimento local e a conservação ambiental em regiões deprimidas, como as que comportam os pequenos municípios da RMVPLN. Com essa preocupação sistematizou informações sobre os benefícios ecossistêmicos, enfatizando a necessidade e a urgência de medidas capazes de proteger os ecossistemas, conciliando a conservação com o desenvolvimento local.

Tomou-se como unidade de análise a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, justamente porque apresenta grande complexidade de gestão pelas distintas características demográficas e econômicas nelas contidas. Inseridas nesse contexto, o olhar se voltou para os pequenos municípios, que se diferenciam de outros mais expoentes na RMVPLN, e que, justamente por isso, quando olhadas sob uma perspectiva de planejamento regional, têm sido constantemente esquecidos ou pouco valorizados.

O texto apresentou potenciais existentes nas pequenas localidades, provedoras de benefícios ecossistêmicos, presentes nas Unidades de

Conservação da região, algo ainda a ser inserido em ações de planejamento com vistas à diminuição das assimetrias regionais. A mudança do olhar para essas pequenas cidades onde se encontram as áreas protegidas é necessária e está vinculada às bases do desenvolvimento local, que visam não só a incluir os atores locais, mas a considerar o potencial encontrado no próprio território.

Essa mudança do olhar destaca tanto os serviços de turismo fundados nos atrativos naturais que tais lugares detém, como na valorização dos benefícios ecossistêmicos que podem e devem ser considerado. Ambos os aspectos podem impulsionar o desenvolvimento local e ser fatores geradores de emprego e renda aos municípios, como podem também ser condição para a conservação dos atributos ambientais que precisam ser valorizados, sobretudo no cenário em que vivemos para o qual temos tantas demandas e tão poucas ações efetivas.

Agradecimentos – Os autores agradecem o apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Processo n. 2015/03804-9.

Referências

- AMATO-LOURENCO, L. F. et al. **Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde.** Estud. av., São Paulo, v. 30, n. 86, p. 113-130, Apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100113&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 Abr. 2021.
- ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. **IE/UNICAMP**, n. 155, fev. 2009
- AGEMVALE, 2018. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Divisão Sub-Regional. disponível em: <<http://www.suaboxonline.com/agemvale-site/cinco-sub-regioes/>> Acesso em: 20 dez. 2018.
- BARRETT. **Are integrated conservation-development projects (Icdps) sustainable** – on the conservation of large mammals in Sub-Saharan Africa. World Development, 2005.
- BELETE, Z.; ASSEFA, Y. **Willingness-to-pay for protecting endangered environments:** the case of Nechsar National Park. Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa, 31 p. 2003.
- BROOK; FRANZEN; HOLMES; GROTE; MULDER. Testing hypotheses for the success of different conservation strategies. **Conserv Biol.** 2006
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp**, n. 30, pp 05-12, sem data.
- CNUC. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 2021. Disponível em: <<http://sistemas.mma.gov.br/cnuc>>. Acesso em: 16/08/2021.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**: Apontamentos bibliográficos. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês G. de Lemos, Monica Arroyo e Maria Laura Silveira. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006.

EMPLASA. Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040 – Volume 4: Carteira de Projetos do PAM. São Paulo: Secretaria da Casa Civil, 2014.

FUNDAÇÃO FLORESTAL (FF). Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/unidades-de-conservacao/>> Acesso em: 16 ago. 2021.

GAUDERETO, G. L. et al. Avaliação de Serviços Ecossistêmicos na Gestão de Áreas Verdes Urbanas: Promovendo cidades saudáveis e sustentáveis. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 21, e01203, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100410&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 Abr. 2021.

GOMES, C; RESCHILIAN, P.R; UEHARA, A.Y. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), 2018 jan./abr., 10(1), 154-171

HULM; M. **African Wildlife and Livelihoods**: The Promise and Performance of Community Conservation. James Currey, Oxford and Heinemann, New Hampshire. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.phpcidades>. Acesso em: 15 Abr. 2021.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas: como defini-las?** Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, J.A. (org.) Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demanda social. Manaus, UFAM, 2009.

MCSHANE, W. **Getting biodiversity projects to work**: towards a more effective conservation and development. Columbia University Press, New York. 2003.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and human well-being**: synthesis. Washington, DC: Island Press, 2005.

MISATO, M. T. Análise da gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Tiête – SP: sobreposições e limitações nos tratos com o patrimônio natural e cultural. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Ambiental). Instituto de Energia e Ambiente, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

MORSELLO, C. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas**: Selecao e manejo. ANABLUME/FAPESP, Sao Paulo.

OLDEKOP, H.; HARRIS, E. A global assessment of the social and conservation outcomes of protected areas. **Conserv Biol**. 2015.

OLIVEIRA, F. V. Usos sociais do patrimônio cultural (natural) e participação democrática em áreas protegidas. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, jan./jun. Macapá, 2017.

OLIVEIRA, F. V. de. **Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP**: Uma esperança condicional. 2020. 228 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PMPNSB – Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, ICMBio, 2002.

PELLICCIOTTA, M. Turismo e patrimônio no Vale Histórico Paulista: Subsídios de estudo para um aprimoramento de interações. **S.I.**, 2017.

PIMBERT, P. Parks, people and professionals. Putting "participation" into protected area management. UNRISD-IIED-WWF. **UNRISD Discussion Paper**. n. 57, 1995

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos, São Paulo, Edusp, 2010.

SÃO PAULO. Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Dados socioeconômicos dos municípios paulistas, 2018. Disponível em: <https://iprs.seade.gov.br/> Acesso em: 15 Abr. 2021.

UNESCO. Convenção para o patrimônio mundial, cultural e natural, ONU, 1972.

ZANIRATO, S. H.; OLIVEIRA, F. V; MISATO, M. T. Decorrências da atual crise sanitária em pequenos municípios da MMP. Diálogos Socioambientais na Macrometrópole. v. Especial, 2020. Disponível em: [http://pesquisa.ufabc.edu.br/macroamb/wp-content/uploads/2020/05/Di%C3%A1logos-Socioambientais_COVID-19-5.pdf] Acesso em: 5 Maio 2020.